
Rio Verde Energia S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rio Verde Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Rio Verde Energia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.



Rio Verde Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

Rio Verde Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.330	20.193	41.161	28.914	Fornecedores	245	262	497	578
Contas a receber de clientes (Nota 7)	9.497	12.039	16.621	18.712	Debêntures (Nota 13)	4.342	4.716	4.342	4.716
Tributos a recuperar (Nota 8)	3.448	3.606	3.448	3.606	Salários e encargos sociais	1.363	1.250	1.650	1.578
Dividendos a receber (Nota 4)	3.000				Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	11.035	17.050	11.448	17.522
Estoques (Nota 9)	81	372	200	895	Tributos a pagar	479	292	691	478
Partes relacionadas (Nota 10)	141	33	186	51	Dividendos propostos (Nota 15)	15.125		15.125	
Outros ativos	138	259	209	336	Provisão energia suprimento (Nota 7)	12.446	2.417	12.446	2.417
	31.636	36.502	61.825	52.513	Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)			785	817
					Partes relacionadas (Nota 10)	540	762	878	1.154
					Arrendamentos	146		185	
					Outros passivos	44	162	367	188
						45.765	26.912	48.413	29.448
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Debêntures (Nota 13)	119.931	119.568	119.931	119.568
Tributos a recuperar (Nota 8)	202	188	202	188	Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)			7.522	7.814
Partes relacionadas (Nota 10)	22.085		22.085		Arrendamentos	120		146	
Outros ativos			6	6	Outros passivos				208
	22.287	188	22.293	194		120.052	119.568	127.599	127.590
Investimentos em controlada (Nota 4)	132.853	121.666			Total do passivo	165.817	146.480	176.012	157.038
Imobilizado (Nota 11)	80.824	81.628	183.121	185.516	Patrimônio líquido (Nota 16)				
Intangível (Nota 12)	2.517	4.108	13.071	16.429	Capital social	45.356	45.356	45.356	45.356
	238.480	207.591	218.485	202.138	Ajustes de avaliação patrimonial	5.355	5.355	5.355	5.355
					Reservas de lucros	53.588	46.903	53.588	46.903
					Total do patrimônio líquido	104.299	97.614	104.299	97.614
Total do ativo	270.116	244.093	280.310	254.652	Total do passivo e patrimônio líquido	270.116	244.093	280.310	254.652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Operações continuadas				
Receita líquida de vendas (Nota 17)	68.578	80.672	122.078	118.554
Custo da venda de energia elétrica (Nota 18)	(11.529)	(11.732)	(21.322)	(22.817)
Lucro bruto	57.049	68.940	100.756	95.737
Participação nos resultados de controlada (Nota 4)	41.187	24.408		
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(4.229)	(5.410)	(5.841)	(6.774)
Outros resultados operacionais, líquidos	20	17	252	178
Lucro operacional	94.027	87.955	95.167	89.141
Receitas financeiras (Nota 20)	1.842	1.501	3.354	2.033
Despesas financeiras (Nota 20)	(16.024)	(14.779)	(16.444)	(15.074)
Despesas financeiras, líquidas	(14.182)	(13.277)	(13.091)	(13.042)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	79.845	74.677	82.076	76.099
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	(11.035)	(17.050)	(13.266)	(18.472)
Lucro líquido do exercício	68.810	57.627	68.810	57.627
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	45	45	45	45
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	1.523,69	1.276,07	1.523,69	1.276,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	68.810	57.627	68.810	57.627
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>68.810</u>	<u>57.627</u>	<u>68.810</u>	<u>57.627</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Legal	Incentivo fiscal	Retenção de lucros			
Em 1º de janeiro de 2023	45.356	9.071	9.242	35.377			99.046
Distribuição de dividendos (Nota 15) (R\$0,78 por ação)				(35.377)			(35.377)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 16 (d (i)))						5.355	5.355
Lucro líquido do exercício					57.627		57.627
Destinação do lucro líquido do exercício (Nota 16 (c))							
Antecipação de dividendos (Nota 16 (c)) (R\$0,64 por ação)					(29.038)		(29.038)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 16 (c))							
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 16 (b (ii)))				28.590	(28.590)		
Em 31 de dezembro de 2023	45.356	9.071	9.242	28.590		5.355	97.614
Distribuição de dividendos (Nota 16 (b (ii))) (R\$0,63 por ação)				(28.590)			(28.590)
Lucro líquido do exercício					68.810		68.810
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 16 (b (iii)))			1.740		(1.740)		
Antecipação de dividendos (Nota 16 (c)) (R\$0,58 por ação)					(26.410)		(26.410)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 16 (c))					(7.125)		(7.125)
Lucro à disposição da Assembleia dos Acionistas (Nota 16 (b (ii)))				33.535	(33.535)		
Em 31 de dezembro de 2024	45.356	9.071	10.982	33.535		5.355	104.299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CSLL	79.846	74.678	82.076	76.099
Ajustes de				
Depreciação (Nota 11)	3.189	3.050	6.762	6.570
Amortização (Nota 12)	262	233	1.514	1.484
Juros de financiamentos (Nota 13)	15.622	14.418	15.622	14.418
Custo para captação de empréstimos (Nota 13)	394	290	394	290
Participação em sociedades controlada (Nota 4)	(41.187)	(24.408)		
Prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 11)	265	33	265	66
Despesa com juros de arrendamento (Nota 19)	3		4	
Variações do capital circulante				
Contas a receber de clientes (Nota 7)	12.571	2.814	12.120	2.158
Tributos a recuperar	(2.283)	(3.452)	(2.715)	(3.498)
Estoques	194	497	357	(332)
Outros ativos	121	112	127	243
Fornecedores	(17)	27	(12)	166
Salários e encargos sociais	113	285	72	89
Partes relacionadas	(331)	201	(411)	130
Tributos a pagar	187	(3)	213	10
Contas a pagar por aquisição de terras			(324)	
Outros passivos	(118)	(1.063)	(32)	(1.542)
Caixa gerado nas operações	68.831	67.712	116.032	96.353
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.623)	(665)	(16.481)	(1.164)
Juros pagos (Nota 13)	(15.953)	(9.332)	(15.953)	(9.332)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.255	57.715	83.598	85.857
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Partes relacionadas	(22.085)		(22.085)	
Adições ao imobilizado (Nota 11)	(742)	(1.152)	(1.643)	(2.532)
Adições ao intangível (Nota 12)	(194)	(203)	(516)	(203)
Aquisição de investimentos (Nota 4)		(118.003)		(118.003)
Dividendos recebidos (Nota 4)	27.000	26.100		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.979	(93.259)	(24.244)	(120.738)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos (Nota 15)	(47.000)	(71.765)	(47.000)	(77.631)
Captação de Debêntures (Nota 13)		119.369		119.369
Pagamento de arrendamento	(24)		(34)	
Pagamento de custos de captação (Nota 13)	(73)	(461)	(73)	(461)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(47.097)	47.143	(47.107)	41.278
(Redução) aumento de caixa e equivalentes, líquidos	(4.863)	11.599	12.247	6.397
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 6)	20.193	8.594	28.914	17.162
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 6)	15.330	20.193	41.161	28.914
Transações que não envolvem caixa				
Ajustes de avaliação patrimonial				5.355

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Rio Verde Energia S.A. constituída em 5 de junho de 2001, (a “Companhia”), com sede em Recife - PE, tem como objetivo a produção e a geração de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) denominada Canoa Quebrada, localizada no Rio Verde, afluente pela margem esquerda do rio Teles Pires, sub-bacia 17, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, na divisa entre os municípios de Lucas do Rio Verde – MT e Sorriso - MT. A PCH Canoa Quebrada tem uma potência instalada de 28 MW.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através de sua Resolução nº 395, de 17 de setembro de 2001, autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH Canoa Quebrada. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, iniciada em 18 de setembro de 2001.

A Companhia possui licença para operação (LO nº 324100/2021), a qual foi expedida em 19 de abril de 2021 e é válida até 18 de abril de 2026, a gestão da LO é realizada pela Companhia e sua renovação inicia seis meses antes da sua data de vencimento.

A partir de 02 de dezembro de 2024, a Companhia passou a ser controlada pela Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., empresa também pertencente ao Grupo Cornélio Brennand, em virtude de cisão parcial realizada na Rio do Sangue Energia S.A.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho da Administração da Companhia em 27 de março de 2025.

1.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 23.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Contrato de compra e venda de energia

A Companhia firmou, em 30 de junho de 2004, contrato de compra e venda de energia elétrica com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS no âmbito PROINFA. O mencionado contrato prevê a venda pela Companhia de 184.920 MWh ao ano para a ELETROBRÁS, até 29 de dezembro de 2026.

Em 18 de março de 2008, a Companhia firmou o sexto Aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, alterando o montante da energia contratada para 200.316 MWh ao ano. O preço contratado é reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP–M.

(a) Contratos de conexão e de uso do sistema de distribuição

Durante o exercício de 2004, a Companhia firmou com a Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia contratos de conexão e de uso do sistema de distribuição operado pela Energisa. Os mencionados contratos têm validade até 29 de dezembro de 2026.

A Companhia paga mensalmente à Energisa o encargo devido pelo uso do sistema de distribuição, calculado conforme determinado pela ANEEL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante pago pela Companhia foi de R\$ 1.395 (2023 – R\$ 1.665), na controladora, e R\$ 2.813 (2023 – R\$ 2.628) no consolidado, registrado como custo da energia elétrica (Nota 18).

1.4 Capital circulante líquido

Em 2024, a Companhia possui excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$14.129. Eventuais necessidades de recursos financeiros serão supridas pela própria geração de caixa da Companhia e, caso necessário, pelo acionista controlador. A Companhia é parte integrante do Grupo Cornélio Brennand, que mantém estrutura de capital suficiente para a continuidade de suas operações.

1.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, nadada do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

. **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

. **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

(a) Os termos e condições dos acordos SFAs.

(b) Para a data de início e fim do período de reporte:

(i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.

(ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

1.6 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação está descritas na Nota 4 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 23.1.

1.7 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

(a) Mudança de controle da Companhia

Em 02 de dezembro de 2024, a Rio do Sangue Energia S.A. realizou a transferência das ações da Rio Verde Energia S.A., através de cisão parcial, para a Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., a qual é controlada pela Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.1.

(b) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Como a matriz energética brasileira é composta em grande parte por geração de fonte hídrica, a geração de energia para atendimento da carga fica sujeita a variações das condições hidrológicas verificadas tanto na região geográfica em que a Companhia opera como em outras regiões do país e, conseqüentemente, impacta no preço na energia.

O período com maior precipitação é entre novembro e março, denominado período úmido, período em que é esperado a recuperação dos reservatórios para que tenha um atendimento confortável da carga nos demais meses do ano.

A hidrologia do período úmido de 2024 foi abaixo do histórico, não ocorrendo uma recuperação significativa. Além disso, as precipitações para o segundo semestre foram uma das piores da história apresentando uma melhora apenas em novembro e dezembro/2024. Esta melhora da hidrologia no final de 2024 trouxe um otimismo na expectativa da hidrologia para o período úmido de 2025. Diante do exposto, os preços de mercado oscilaram aumentando significativamente a partir de agosto/2024, e retornando a patamares de preços baixos no final de 2024.

Em termos de funcionamento, a Companhia não é despachada centralizadamente pelo ONS e sua geração segue conforme a precipitação da hidrologia da região. Por conta da baixa precipitação de 2024, a geração ficou abaixo do esperado. Adicionalmente a esse efeito houve também um aumento no preço de mercado, o que impactou seu resultado financeiro.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado porque entende que refletem os períodos durante os quais serão gerados benefícios econômicos pelos ativos.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

3 Gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório.

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia e sua controlada não celebraram contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento da taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e de sua controlada incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a Debêntures captados no mercado. A Companhia e sua controlada monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior aos valores eventualmente já provisionado.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo setor financeiro.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024		
Debêntures (Nota 13)	26.830	148.635
Provisão energia suprimento (Nota 7 (b))	12.446	
Partes relacionadas (Nota 10)	878	
Arrendamentos	331	
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)	785	7.814
Fornecedores	497	
Em 31 de dezembro de 2023		
Debêntures (Nota 13)	15.617	138.948
Provisão energia suprimento (Nota 7 (b))	2.417	
Partes relacionadas (Nota 10)	1.154	
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)	817	7.522
Fornecedores	578	

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco Regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4 Investimentos

Em 02 de dezembro de 2024, a Rio do Sangue Energia S.A. realizou a transferência das ações da Rio Verde Energia S.A., através de cisão parcial, para a Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., a qual é controlada pela Atiaia Energia S.A., conforme descrito na Nota 1.1

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$132.853 (2023 – R\$121.666).

(a) Movimentação do investimento

	Controladora	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	121.666	
Aquisição de investimentos		118.003
Ajustes de avaliação patrimonial		5.355
Participação no resultado de controlada	41.187	24.408
Dividendos a receber da controlada (i)	(30.000)	(26.100)
Em 31 de dezembro	132.853	121.666

- (i) Em 2024, a controlada Empresa Energética Porto das Pedras S.A., controlada da Companhia, declarou dividendos no montante de R\$30.000, dos quais foram recebidos R\$27.000, remanescendo R\$3.000 a receber, com previsão de liquidação em 2025.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participação societária no investimento

	Milhares de ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia	Patrimônio líquido	Lucro líquido
	Ordinárias	No capital social integralizado%		
Em 31 de dezembro de 2024				
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.	100%	100%	132.853	41.187
Em 31 de dezembro de 2023				
Empresa Energética Porto das Pedras S.A. (i)	100%	100%	121.666	42.284

- (i) Os resultados foram consolidados a partir de 01 de maio de 2023, data da aquisição do controle. Se o controle tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2023, o lucro líquido seria de R\$ 42.284.

(c) Outras informações relevantes

Empresa Energética Porto das Pedras S.A.

A investida com sede em Recife – PE, tem como atividade preponderante a produção e geração de energia elétrica mediante a exploração de potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada Porto das Pedras, situada no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 01 de abril de 2007, a investida iniciou sua operação. Após o início das operações, a PCH Porto das Pedras passou a contar com uma potência total instalada de 28 MW.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.330	41.161
Partes relacionadas (Nota 10)	22.226	186
Contas a receber de clientes (Nota 7)	9.497	16.621
	<u>47.053</u>	<u>57.968</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	20.193	28.914
Partes relacionadas (Nota 10)	33	51
Contas a receber de clientes (Nota 7)	12.039	18.712
	<u>32.265</u>	<u>47.677</u>

(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valor dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	245	497
Debêntures (Nota 13)	124.273	124.273
Arrendamentos	331	
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)		8.307
Partes relacionadas (Nota 10)	540	878
	<u>125.389</u>	<u>133.955</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	262	578
Debêntures (Nota 13)	124.284	124.284
Contas a pagar por aquisição de terras (Nota 14)		8.631
Partes relacionadas (Nota 10)	762	1.154
	<u>125.308</u>	<u>134.647</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recursos em banco e em caixa (i)	2.258	26	2.705	1.012
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	13.072	20.167	38.456	27.902
	<u>15.330</u>	<u>20.193</u>	<u>41.161</u>	<u>28.914</u>

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

(ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da Administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e sua controlada.

7 Contas a receber de clientes

(a) Contas a receber

O saldo refere-se a valores a receber pela geração e fornecimento de energia para os clientes os quais possuem contratos de compra e venda de energia junto à Companhia e sua controlada, conforme Nota 1.3. O saldo de contas a receber em 31 de dezembro 2024 é de R\$ 9.497 (2023 - R\$ 12.039), na controladora, e R\$16.621 (2023 - R\$ 18.712), no consolidado.

A Companhia e sua controlada não constituiu, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em virtude de não haver histórico de perda e por conter essencialmente valores recebíveis de até 90 dias.

(b) Provisão de energia suprimimento

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no montante de R\$12.446 (2023 - R\$ 2.417) refere-se à diferença entre a energia contratada e a energia produzida pela PCH Canoa Quebrada. O referido saldo será liquidado em 2025, através de descontos nas faturas mensais emitidas.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	202	202	202	202
Imposto de renda a recuperar	2.457	2.318	2.457	2.318
Contribuição social a recuperar	991	1.274	991	1.274
	<u>3.650</u>	<u>3.794</u>	<u>3.650</u>	<u>3.794</u>
(-) Circulante	<u>(3.448)</u>	<u>(3.606)</u>	<u>(3.448)</u>	<u>(3.606)</u>
Não circulante	<u>202</u>	<u>188</u>	<u>202</u>	<u>188</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Estoques

Os saldos de estoques em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 81 (2023 – R\$ 372) e R\$200 (2023 - R\$ 895), na controladora e no consolidado, respectivamente, referem-se, basicamente, a itens de almoxarifado de uso diário.

10 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda., com 100% das ações.

10.1 Controladora

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Honorários da diretoria	151	133

(ii) Empréstimos com partes relacionadas (mútuo)

	2024
Rio Sucuriú Energia S.A.	22.085

Os mútuo não é remunerado e tem o vencimento previstos para março de 2025.

(iii) Outras transações

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2024	2023	2024	2023
Atiaia Energia S.A.	132	5	457	459
Ical Vidros S.A.		13	52	150
Rio Sucuriú Energia S.A.				7
Rio Nascente Energia S.A.	9			
Ical Participações S.A.			17	
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.			7	
Estrela Energia S.A.		14		137
Companhia Agrícola e Industrial São João			6	8
Outros			1	1
	141	33	540	762

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se ao rateio das despesas administrativas-ordinárias de pessoal com as demais empresas do Grupo, de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos em laudo técnico elaborado por empresa especializada.

10.2 Consolidado

Os seguintes saldos referem-se a transações com as partes relacionadas abaixo identificadas:

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Honorários da diretoria	151	219

(ii) Outras transações

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2024	2023	2024	2023
Atiaia Energia S.A.	177	17	748	760
Ical Participações S.A.			25	
Rio Nascente Energia S.A.	9			
Ical Vidros S.A.		20	80	234
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.			11	
Rio Sucuriú Energia S.A.				7
Estrela Energia S.A.		14		137
Companhia Agrícola e Industrial São João			10	14
Outros			3	2
	<u>186</u>	<u>51</u>	<u>878</u>	<u>1.154</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de Uso (iii)	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Líquido
Em 31 de dezembro de 2023										
Saldo inicial	9.417	45.394	28.541	148	58		83.559		142	83.701
Transferências		(19)	(18)		37					
Aquisições	6	383	642		4		1.035	118		1.152
Reclassificação (i)									(142)	(142)
Alienações			(32)		(1)		(33)			(33)
Depreciação (a)		(1.454)	(1.564)	(25)	(6)		(3.050)			(3.050)
Saldo contábil, líquido	<u>9.423</u>	<u>44.304</u>	<u>27.569</u>	<u>123</u>	<u>92</u>		<u>81.511</u>	<u>118</u>		<u>81.628</u>
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo	9.423	45.758	29.133	148	98		84.561	118		84.678
Depreciação acumulada		(1.454)	(1.564)	(25)	(6)		(3.050)			(3.050)
Saldo contábil, líquido	<u>9.423</u>	<u>44.304</u>	<u>27.569</u>	<u>123</u>	<u>92</u>		<u>81.511</u>	<u>118</u>		<u>81.628</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	9.423	44.304	27.569	123	92		81.511	118		81.629
Transferências	16	(23)	121		11		126	(127)		
Aquisições	41	348	235		89	287	1.000	29		1.029
Reclassificação (i)	94	862	683	2			1.640	(20)		1.620
Alienações	(265)						(265)			(265)
Depreciação (a)		(1.468)	(1.651)	(22)	(9)	(38)	(3.189)			(3.189)
Saldo contábil, líquido	<u>9.309</u>	<u>44.023</u>	<u>26.957</u>	<u>103</u>	<u>183</u>	<u>249</u>	<u>80.824</u>			<u>80.824</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	9.309	46.945	30.172	150	199	287	87.062			87.062
Depreciação acumulada		(2.922)	(3.215)	(47)	(15)	(38)	(6.238)			(6.238)
Saldo contábil, líquido	<u>9.309</u>	<u>44.023</u>	<u>26.957</u>	<u>103</u>	<u>183</u>	<u>249</u>	<u>80.824</u>			<u>80.824</u>
Taxas anuais médias de depreciação		3,13%	5,47%	14,77%	4,65%	13,32%				

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de Uso (iv)	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento	Líquido
Em 31 de dezembro de 2023										
Saldo inicial	27.199	102.737	59.289	154	165		189.544	6	142	189.691
Transferências		(28)	(33)		64		3	(3)		
Aquisições	10	703	1.252		32		1.997	536		2.532
Reclassificação (ii)									(73)	(73)
Alienações			(63)		(4)		(66)			(66)
Depreciação (b)		(3.384)	(3.140)	(30)	(16)		(6.570)			(6.570)
Saldo contábil, líquido	<u>27.209</u>	<u>100.028</u>	<u>57.306</u>	<u>124</u>	<u>241</u>		<u>184.908</u>	<u>539</u>	<u>69</u>	<u>185.516</u>
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo	27.209	113.048	68.526	184	345		209.312	539	69	209.920
Depreciação acumulada		(13.020)	(11.221)	(60)	(104)		(24.404)			(24.404)
Saldo contábil, líquido	<u>27.209</u>	<u>100.028</u>	<u>57.306</u>	<u>124</u>	<u>241</u>		<u>184.908</u>	<u>539</u>	<u>69</u>	<u>185.516</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	27.209	100.028	57.306	124	241		184.908	539	69	185.516
Transferências	90	94	242		6		432	(433)		
Aquisições	45	458	977		138	360	1.978	25		2.004
Reclassificação (ii)	237	1.425	1.145	2			2.808	(111)	(69)	2.628
Alienações	(265)						(265)			(265)
Depreciação (b)		(3.410)	(3.258)	(23)	(23)	(47)	(6.762)			(6.762)
Saldo contábil, líquido	<u>27.316</u>	<u>98.594</u>	<u>56.412</u>	<u>103</u>	<u>362</u>	<u>313</u>	<u>183.101</u>	<u>20</u>		<u>183.121</u>
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo	27.316	115.024	70.891	186	489	360	214.267	20		214.287
Depreciação acumulada		(16.430)	(14.479)	(83)	(127)	(47)	(31.166)			(31.166)
Saldo contábil, líquido	<u>27.316</u>	<u>98.594</u>	<u>56.412</u>	<u>103</u>	<u>362</u>	<u>313</u>	<u>183.101</u>	<u>20</u>		<u>183.121</u>
Taxas anuais médias de depreciação		2,96%	4,60%	12,43%	4,71%	13,15%				

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Depreciação (controladora)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrada como custo da energia vendida, no montante de R\$ 3.134 (2023 - R\$ 3.016), e despesas gerais e administrativas, no montante de R\$ 55 (2023- R\$ 34).

(b) Depreciação (consolidado)

A depreciação consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrada como custo da energia vendida, no montante de R\$ 6.685 (2023 – R\$6.065), e despesas gerais e administrativas, no montante de R\$ 77 (2023 – R\$505).

(i) Reclassificação (controladora)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no montante de R\$1.620 refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado. Em 2023, o saldo no montante de R\$142 refere-se a baixa de adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição de imobilizados.

(ii) Reclassificação (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no montante de R\$2.628 (2023 - R\$592) refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

(iii) Direito de uso (controladora)

O saldo no montante de R\$249 refere-se ao reconhecimento do contrato de arrendamento mercantil de frota veicular, locadas para a operação da Companhia.

(iv) Direito de uso (consolidado)

O saldo no montante de R\$313 refere-se ao reconhecimento do contrato de arrendamento mercantil de frota veicular, locadas para a operação da Companhia.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

	Controladora				
	Mais valia do contrato de concessão (i)	Software	Renovação de Licença e outros	Servidões	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	2.057		1.715	366	4.138
Aquisições			203		203
Amortização (a)	(225)		(8)		(233)
Saldo contábil, líquido	<u>1.832</u>		<u>1.910</u>	<u>366</u>	<u>4.108</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	5.661	988	2.617	366	9.632
Amortização acumulada	(3.829)	(988)	(707)		(5.524)
Saldo contábil, líquido	<u>1.832</u>		<u>1.910</u>	<u>366</u>	<u>4.108</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	1.832		1.910	366	4.108
Aquisições			194		194
Transferência	136	65	(202)		
Reclassificação (ii)	41		(1.564)		(1.523)
Amortização (a)	(226)	(32)	(4)		(262)
Saldo contábil, líquido	<u>1.783</u>	<u>34</u>	<u>335</u>	<u>366</u>	<u>2.517</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	5.838	1.053	1.046	366	8.303
Amortização acumulada	(4.055)	(1.020)	(711)		(5.786)
Saldo contábil, líquido	<u>1.783</u>	<u>34</u>	<u>335</u>	<u>366</u>	<u>2.517</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Total
	Mais valia do contrato de concessão (i)	Software	Renovação de licença e outros	Servidões	Ext. Outorga Lei 14.182	
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial	2.949		4.143	366	10.252	17.710
Aquisições			203			203
Amortização (b)	(305)		(250)		(930)	(1.484)
Saldo contábil, líquido	<u>2.644</u>		<u>4.097</u>	<u>366</u>	<u>9.321</u>	<u>16.429</u>
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	7.614	1.253	5.907	366	11.415	26.555
Amortização acumulada	(4.970)	(1.253)	(1.811)		(2.093)	(10.126)
Saldo contábil, líquido	<u>2.644</u>		<u>4.097</u>	<u>366</u>	<u>9.321</u>	<u>16.429</u>
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	2.644		4.097	366	9.321	16.429
Aquisições			516			516
Transferência	148	65	(213)			
Reclassificação (iii)	50	93	(2.502)			(2.359)
Amortização (b)	(306)	(30)	(248)		(930)	(1.514)
Saldo contábil, líquido	<u>2.536</u>	<u>128</u>	<u>1.651</u>	<u>366</u>	<u>8.391</u>	<u>13.071</u>
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	7.811	1.411	3.709	366	11.415	24.712
Amortização acumulada	(5.276)	(1.283)	(2.058)		(3.024)	(11.640)
Saldo contábil, líquido	<u>2.536</u>	<u>128</u>	<u>1.651</u>	<u>366</u>	<u>8.391</u>	<u>13.071</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Mais valia de contrato de concessão

O saldo refere-se à mais valia paga quando da aquisição do projeto relacionado à pequena central hidrelétrica (PCH), a qual foi fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.

A amortização é efetuada de acordo com o prazo de autorização da PCH.

(ii) Reclassificação (controladora)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no montante de R\$1.523 R\$ refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

(iii) Reclassificação (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no montante de R\$2.359 refere-se, basicamente, a reclassificações do intangível para o imobilizado.

(a) Amortização (controladora)

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 36 (2023 – R\$8) foi registrada como custo da energia vendida. Em despesas gerais e administrativas, registrou o montante de R\$ 226 (2023 - R\$ 225).

(b) Amortização (consolidado)

O saldo de amortização consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.211 (2023 – R\$940), registrado como custo da energia vendida. Em despesas gerais e administrativas, registrou o montante de R\$ 303 (2023 – R\$544)

13 Debêntures

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante	4.342	4.716
Passivo não circulante	119.931	119.568
Total	124.273	124.284

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Debêntures

No exercício de 2023, ocorreu a primeira emissão de Debêntures Verdes (Green Bond) do GCB, através da PCH Canoa Quebrada e em parceria com o Bradesco BBI. A Companhia obteve um crédito na ordem de R\$ 120 milhões, para investimentos em projetos.

O prazo total desta emissão é de 35 meses, com término em 10 de fevereiro de 2026, com pagamento de juros semestral no dia 10 e amortização do principal bullet. A correção se dá a taxa CDI + 2,35% a.a.

A Companhia monitora e acompanha as cláusulas restritivas do contrato de debêntures está regular com todas suas obrigações em 31 de dezembro de 2024.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2026	119.931	119.568
	<u>119.931</u>	<u>119.568</u>

A movimentação das dívidas é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Em 1º de janeiro	124.284	
Captação de empréstimos		119.369
Juros incorridos (Nota 20)	15.622	14.418
Juros pagos	(15.953)	(9.332)
Pagamento de custos de captação	(73)	(461)
Apropriação de custo de captação	394	290
Em 31 de dezembro	<u>124.273</u>	<u>124.284</u>

14 Contas a pagar pela aquisição de terras

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rodiney Sanches Ogeda	8.307	8.631
(-) Circulante	<u>(785)</u>	<u>(817)</u>
Não Circulante	<u>7.522</u>	<u>7.814</u>

A Empresa Energética Porto das Pedras S.A., controlada da Companhia, firmou contrato particular para compra de uma área de 84,96 Ha com o Sr. Rodiney Sanches Ogeda destinada à implantação da PCH Porto das Pedras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensalmente, a investida paga o percentual de 1,47% da sua energia mensal produzida, limitado ao piso mínimo de 200,18 MWh durante o seu prazo de autorização.

As atualizações entre o preço do MWh bem como as variações entre o piso mínimo e o efetivamente pago são lançados como despesas financeiras, conforme incorridos.

A dívida de R\$ 8.307 (2023 – R\$ 8.631) está representada pelo total de 24.760 MWh e tarifa média de R\$ 355,50 p/MWh.

15 Dividendos propostos

A movimentação dos dividendos propostos é como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Em 1º de janeiro		7.350
Declaração de dividendos (Nota 16)	55.000	35.377
Pagamento de dividendos	(47.000)	(42.727)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 16 (c))	7.125	
Em 31 de dezembro	<u>15.125</u>	<u> </u>

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social no montante de R\$ 45.356 é composto por 45.159.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, possuídas pela Estaten Desenvolvimento e Empreendimentos Ltda.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A partir do exercício de 2017, a Companhia não constituiu a reserva legal em virtude do seu saldo total já ter atingido o percentual de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$9.071 (2023 – R\$9.071).

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 33.535 (2023 – R\$ 28.590) representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário.

Durante o exercício de 2024, a Administração da Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$28.590 (2023 – R\$35.377) e efetuou antecipação de dividendos no montante de R\$ 26.410 (2023 – R\$ 29.038).

(iii) Reserva de incentivos fiscais

O saldo em 31 de dezembro no montante de R\$ 10.982 (2023 – R\$ 9.242) refere-se aos benefícios de:

- isenção de 75% do imposto de renda devido sobre o resultado da produção anual de até 205.825 Wh/Ano, no montante de R\$9.242;
- Incentivo de Reinvestimento, no montante de R\$1.740, constituído em 31 de dezembro de 2024.

(c) Dividendo mínimo obrigatório

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 50% conforme disposto no artigo 202 da lei das sociedades por ações.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	68.810	57.627
(-) Reserva de incentivos fiscais	(1.740)	
Lucro distribuível	<u>33.535</u>	<u>28.814</u>
Antecipação de dividendos (Nota 15)	(26.410)	(29.038)
Dividendo mínimo obrigatório - 50% (Nota 15)	<u>7.125</u>	<u></u>

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito dos ganhos ou perdas na aquisição de participação em controlada no montante de R\$ 5.355 (2023 – R\$ 5.355).

(i) Aquisição de participação em controlada

No exercício de 2023, a Companhia adquiriu 100% das ações da controlada Empresa Energética Porto das Pedras S.A. pertencentes à antiga controladora, Atiaia Energia S.A., com ágio no montante de R\$ 5.355.

O detalhamento da operação segue abaixo:

	<u>2023</u>
Preço de aquisição	(118.003)
Patrimônio líquido a partir de 1º de maio de 2023	<u>123.358</u>
	<u>5.355</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receita líquida de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Receita bruta de vendas	75.568	88.895	131.094	128.212
Impostos incidentes sobre vendas	(6.990)	(8.223)	(9.017)	(9.658)
	<u>68.578</u>	<u>80.672</u>	<u>122.078</u>	<u>118.554</u>

18 Custo da venda de energia elétrica

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Depreciação (Nota 11)	3.134	3.016	6.685	6.065
Salários e encargos sociais	4.459	4.833	5.987	5.894
Custo do uso do sistema de distribuição (Nota 1.3 (a))	1.395	1.665	2.813	2.628
Prestação de serviços de terceiros	736	686	1.188	1.061
Assistência médica e seguros	597	545	985	808
Locação de bens, imóveis e veículos	139	125	253	216
Viagens e combustíveis	188	143	306	221
Impostos e taxas	176	119	299	192
Compra de energia (i)			437	4.755
Amortização (Nota 12)	36	8	1.211	940
Outros custos	669	592	1.158	37
	<u>11.529</u>	<u>11.732</u>	<u>21.322</u>	<u>22.817</u>

- (i) O saldo no montante de R\$ 4.755 referiu-se à compra de energia, visando a mitigação da exposição da Companhia a retornos abaixo do esperado na geração de energia elétrica.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Salários e encargos sociais	1.926	2.673	2.723	3.341
Prestação de serviços de terceiros	945	938	1.333	1.317
Donativos e brindes	551	794	551	794
Amortização (Nota 13)	226	225	303	544
Viagens	23	60	35	69
Transportes e refeições	88	123	137	159
Depreciação (Nota 12)	55	34	77	505
Locação de bens, imóveis e veículos	10	18	17	24
Impostos e taxas	2	2	7	4
Outros	403	543	658	16
	<u>4.229</u>	<u>5.410</u>	<u>5.841</u>	<u>6.774</u>

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	Período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2023
Receita de juros de aplicação	1.822	1.486	3.334	2.018
Outras receitas financeiras	20	15	20	15
Receitas financeiras	<u>1.842</u>	<u>1.501</u>	<u>3.354</u>	<u>2.033</u>
Tarifas bancárias	(4)	(1)	(5)	(2)
Juros sobre debêntures (Not a13)	(15.622)	(14.418)	(15.622)	(14.418)
Juros sobre arrendamentos	(3)		(4)	
Apropriação de custo de captação	(394)	(290)	(394)	(290)
Outras despesas financeiras	(1)	(70)	(419)	(364)
Despesas financeiras	<u>(16.024)</u>	<u>(14.779)</u>	<u>(16.444)</u>	<u>(15.074)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(14.182)</u>	<u>(13.278)</u>	<u>(13.091)</u>	<u>(13.042)</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.585	74.678
<i>Adições Temporárias</i>	860	1.060
Provisões Indedutíveis	94	269
Provisão Programa Participação nos Resultados - PPR	755	775
Outras adições exclusivas da IRPJ	11	16
<i>Adições Permanentes</i>	843	1.078
Encargos de depreciação objeto de arrendamento mercantil	38	
Despesas financeiros de objeto de arrendamento mercantil	3	
Outras Despesas Não Dedutíveis	801	1.078
Total das Adições	1.702	2.138
<i>Exclusões Temporárias</i>	2.782	
Reversão Provisão	964	
Contraprestação pagas decorrente de arrendamentos	9	
Outras exclusões exclusivas da CSLL	70	
<i>Exclusões Permanentes</i>	41.207	24.423
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	41.187	24.408
Outras Receitas Não Tributáveis	20	15
Total das Exclusões	43.989	24.423
Lucro/Prejuízo Fiscal CSLL	39.288	52.377
(-) Compensações com Prejuízo Fiscal (30%)		
Lucro Real após compensação Prejuízo Fiscal	39.288	52.377
Lucro/Prejuízo Fiscal IRPJ	39.369	52.393
(-) Compensações com Prejuízo Fiscal (30%)		
Lucro Real após compensação Prejuízo Fiscal	39.369	52.393
CSLL 9%	3.536	4.714
IRPJ 15%	5.905	7.859
IRPJ Adicional 10%	3.913	5.215
Tota IRPJ antes deduções	9.818	13.074
(-) Dedução lic. matern. ou patern. (empresa cidadã)		6
(-) PAT (4%)	(29)	25
(-) Doações incentivadas	(550)	707
Total Deduções		
Total IRPJ do Exercício	7.499	12.336
Carga Tributária Total IR/CSLL	11.035	17.050

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Coberturas	Limite Máximo de Indenização (LMI)
Danos materiais	86.894
Quebra de máquinas	15.000
Danos elétricos	15.000
Alagamento e inundação	15.000
Despesas extraordinárias*	2.000
Pequenas obras de engenharia*	5.000
Honorários de peritos*	1.000
Erros e omissões *	5.000
Despesas de salvamento e contenção de sinistros *	5.000
Remoção de entulho*	5.000
Demolição e aumento no custo da construção*	2.000
Afretamento de aeronaves*	500
Linha de Transmissão	3.000

*Previsto pagamento de franquia equivalente a 15% dos prejuízos, com o valor mínimo de R\$ 1.000, exceto itens destacados com asterisco cuja franquia possui condições específicas.

A Companhia possui também cobertura de seguros para Lucros Cessantes, com Limite máximo de Indenização de R\$ 71.254 e Seguro de Responsabilidade Civil com LMI de R\$ 15.000.

23 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

23.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controlada

Controlada é toda entidade (incluindo as entidades de propósito específico) na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, quando aplicável, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*), quando aplicável. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia

23.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

23.3 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Custo amortizado

Custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos juros acumulados calculados com base no método da taxa efetiva de juros menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de provisão) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

23.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

23.5 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

23.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas e alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A Administração da Companhia, entende que as vidas úteis definidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos. Essas vidas úteis estão definidas na Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012.

As taxas de depreciação utilizadas para os ativos mais representativos da Companhia são apresentadas abaixo:

Geração	Taxas anuais de depreciação - %
Casa de Força – Produção hidráulica	2,00
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,33
Reservatório, barragem e adutora	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Chave tensão igual ou superior a 69 Kv	3,33
Chave tensão igual ou inferior a 69 Kv	6,67
Disjuntor	3,03
Estrutura em LT – Torre	2,70
Reator	2,78
Sistema de aterramento	3,03
Transformador de força	2,86
Transformador de corrente/potencial igual ou superior a 69 Kv	3,33
Transformador de corrente/potencial igual ou inferior a 69 Kv	4,35
Transformador de potencial capacitivo ou resistivo	3,33
Para-raios	4,17
Administração central	
Equipamentos gerais	16,00
Veículos	14,29

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela Aneel através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização em estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.7 Intangível

(a) Mais-valia

Representado pela mais valia paga pela Amper Energia S.A., na aquisição da participação acionária da Rio Verde Energia S.A., fundamentado por expectativa de rentabilidade futura. A mais valia é amortizada pelo prazo remanescente do direito à autorização e foi originada em combinação de negócio que ocorreu antes da transição para as novas normas contábeis (novos CPC's).

(b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(c) Extensão de outorga

Ao estender o prazo de concessão ou autorização das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão ou autorização, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei. No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020.

Os resultados de extensão do prazo de autorização para a Companhia foram de 54 dias

Como o cálculo prévio publicado em outubro de 2020 não considerava todos os parâmetros dados pela Resolução, o registro contábil decorrente da repactuação ocorreu apenas no exercício de 2021, a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, com o registro de acréscimo no ativo intangível e redução do custo de energia elétrica, no resultado. O intangível é amortizado pelo prazo de autorização da usina.

(d) Licença ambiental

Os valores despendidos para a obtenção da renovação da licença de operação são registrados no ativo intangível e são amortizados pelo prazo da concessão, quando a renovação é efetuada.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Servidões

Compreende os gastos capitalizados para o corredor de segurança estabelecido para proteger a linha de transmissão.

23.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A companhia não realiza operação de risco sacado com fornecedor.

23.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

23.10 Arrendamentos

A Companhia aluga veículos para a sua para a sua operação. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos um a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos.

A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;

23.11 Outros passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

23.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

23.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O reconhecimento da receita pela comercialização de energia elétrica ocorre em um determinado período de acordo com o cumprimento das obrigações de performance previstas nos contratos.

23.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

23.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Companhia é tributada pelo regime de lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

23.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

23.17 Alterações de normas novas que ainda não entraram em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1^o. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *